

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Análise do arranjo de implementação do Organismo Governamental de Políticas para Mulheres (OPM) no município de pequeno porte.

Amanda dos Santos Lopes¹

RESUMO

Esse artigo é parte de uma pesquisa em andamento, cujo o objetivo é estudar os arranjos de implementação da política pública para as mulheres através do organismo municipal de Morros no Estado do Maranhão, buscando analisar como a esfera municipal incorpora as demandas voltadas a promoção e defesa dos direitos das mulheres a partir da agenda governamental. A análise traz aspectos conceitual sobre políticas públicas, relações gênero e os movimentos de mulheres, processo histórico de políticas públicas para mulheres em nível nacional e no município de Morros, além das questões estruturais para a execução de ações em nível local.

Palavras-chave: Mulher, participação política, gênero, administração

ABSTRACT

This article is part of an ongoing research, whose objective is to study the implementation arrangements of the public policy for women through the municipal body of Morros in the State of Maranhão, seeking to analyze how the municipal sphere incorporates the demands aimed at the promotion and defense of women's rights from the governmental agenda. The analysis brings conceptual aspects of public policies, gender relations and women's movements, the historical process of public policies for women at the national level and in the municipality of Morros, in addition to structural issues for the execution of actions at the local level.

Keywords: Woman, political participation, gender, municipal administration

1 INTRODUÇÃO

O movimento de mulheres no Brasil reivindica aos governos, desde os anos 1980, a elaboração de políticas públicas que foquem as mulheres como cidadãs (Pinto, 1994; Soares, 1994), e à recente institucionalização das políticas públicas para mulheres, que se materializa na criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) com status de ministério e na promulgação da Lei Maria da Penha (Cortés, 2011).

¹ Estudante de pós-graduação da Faculdade Estácio de Sá. E-mail: lopes.s.amanda@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O movimento feminista como um movimento político em prol da luta, conquista por direitos à igualdade e à justiça social sob a perspectiva das transformações na sociedade, marcada pelo patriarcalismo, exploração e opressão das mulheres.

A crescente participação feminina cumprindo tarefas públicas, no mercado de trabalho, na educação, nos espaços públicos, fortalece esta demanda, cria novas exigências e desafios na elaboração e execução de políticas públicas. Para garantir o acesso universal a direitos das mulheres observando as diferentes realidades, é essencial a colaboração entre governo central e governos subnacionais, especialmente municípios.

Artigo traz a análise sobre o Organismo de Políticas para as Mulheres(OPM) no município de Morros no Estado do Maranhão, o qual segundo III PEPM/MA(2021) faz parte dos 170 município com OPM's dos 217 municípios do Maranhão. Tratados como instrumentos governamentais que funcionam enquanto mecanismos executores da gestão de políticas públicas voltadas para garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos. Integram a estrutura administrativa do poder executivo das esferas governamentais federal, distrital, estadual e municipal (Brasília,2019).

Tendo em vista a importância dos municípios na efetivação da política pública para as mulheres e principalmente na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e os desafios imbricados nesse processo, o presente artigo se propõe a analisar como se dá essa implementação no contexto do Município de pequeno porte I-Morros, um universo pouco discutido pelas literaturas de estudos de implementação e de políticas de gênero.

A análise busca abranger o campo de forças, normas e instituições que constituem o microcosmos da implementação de uma política pública complexa. Os parâmetros da análise partem do modelo de governança do III Plano de Políticas para as Mulheres -PNPM , que destaca a necessidade das articulações horizontal e vertical entre os atores, a participação de atores não governamentais e a adaptação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



das ações aos contextos territoriais. Esses eixos, por sua vez, compõem as quatro dimensões da análise, adaptadas da proposta de análise dos arranjos institucionais de Lotta e Favareto (2016): integração horizontal (articulação intersetorial); a integração vertical (articulação e colaboração entre os diferentes entes federativos); e como é tratada a dimensão territorial. A quarta dimensão da proposta dos autores é a de participação de atores sociais.

Foram entrevistadas ex gestoras públicas e atual da OPM municipal de Morros, além de representantes da sociedade civil totalizando 9 entrevistas semiestruturadas. Realizado pesquisa local nós documentos oficiais, além da imersão no campo-tema, as conversas informais, os espaços de trabalho e os discursos escritos e não-escritos compunham a observação (Batista; Bernardes; Menegon, 2014).

O intuito da investigação, portanto, não é avaliar as políticas públicas, mas compreender como seus arranjos de implementação se apresentam na prática e como influenciam os resultados das mesmas.

Entender como este processo acontece no cotidiano da esfera municipal foco deste estudo, é necessário entender o processo de criação desses organismos específico para atender a demanda – fruto da luta dos movimentos sociais de mulheres e feministas. Inicialmente é preciso entender as razões e o contexto que motivaram a inclusão nas agendas governamentais, para adentrar na realidade municipal.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E MOVIMENTO FEMINISTA

A Política é um conceito amplo e complexo que diferentes teorias se ocupam para estudar formas, as características e motivações que impulsionam a cada período. Contudo, conforme dicionário o Termo Política Pública deriva do inglês “public policy”. A palavra “policy” se relaciona com iniciativas governamentais, diretrizes, ações, planos e interesses sociais, enquanto a palavra “politics” refere-se à política partidária, políticos, interesses partidários e interesses particulares. Isto é, políticas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



públicas não se restringem à esfera governamental, às ações de governo contemplam, também, os interesses privados, partidários, políticos e sociais.

Teríamos aqui uma primeira noção sobre política pública referindo-se às ações sob a responsabilidade dos governos e do Estado, compreendendo a intermediação de interesses organizados e instituídos de acordo com as instâncias decisórias e de operacionalização de políticas.

Alvim (apud SILVA, 2005) define políticas públicas afirmando que “em sentido estrito comportam aspectos operacionais da ação governamental-estatal vinculado a objetivos sociais, incluindo o atendimento a demandas sociais específicas, que podem ser setoriais – como, por exemplo, nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transportes, etc. – ou de caráter mais geral englobando diversos setores, como as políticas de desenvolvimento”.

Na realidade, o processo de construção de políticas públicas brotou mais intensamente, no fim do período ditatorial e durante o processo de redemocratização do País. Ao longo da história das políticas públicas elas foram sendo setorializadas e com isso seguiram-se as políticas de saúde, as políticas do trabalho, até finalmente chegarmos às políticas para as mulheres.

2.1 Movimento feminista na construção de Políticas para as Mulheres e concepção de gênero.

Estudos sobre o papel da mulher na sociedade historicamente traz a realidade de submissão e de inferioridade, marcada pela supremacia masculina e pela nítida hierarquização do poder . Onde a distinção da posição do homem e da mulher na sociedade era evidenciado pelo espaço público e privado. O homem ocupou cargos da esfera pública, da vida, da economia e política , já as mulheres relacionadas a uma vida doméstica e reprodutiva na esfera privada.

Conforme Rua e Abramnovay(2000) as identidades de homens e mulheres e dos planos em que se relacionam socialmente, os quais marcam com diferentes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



modalidades do exercício da cidadania. A qualidade da mulher de ser cidadã, seus direitos teve que ser conquistada, fossem eles civis, políticos e até mesmo sociais.

Nesse processo de desmistificação do modelo tradicional de patriarcado e de desenvolvimento das relações sociais. O movimento feminista europeu – americano teve protagonismo em nível mundial e influenciou o movimento feminista brasileiro.

A tese feminista incorporou a reformulação do conceito de gênero , ratificada pela ciência e universidades no final do século XX (Rubin,1975), conceito vulgarmente utilizado como “sinônimo de mulher” , buscar defender o princípio da igualdade e justiça para homens e mulheres , a redefinição do papel da mulher na sociedade, e crítica as formas hierarquizadas de relacionamento social .

O movimento feminista pautou uma série de “ situações -problemas” emergentes na esfera privada assegurando que estas sejam reconhecidas pelo sistema político-administrativo. (COSTA, 2005) . O movimento ocupou ruas lutando por cidadania e igualdade na defesa da participação política, autonomia e campanhas sobre a violência contra a mulher, que surgiram as primeiras respostas da luta pela promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres.

Uma das reivindicações de grande importância para política pública voltada as mulheres foi o direito ao voto, que com o apoio do movimento feminista, buscou garantir a participação tardia do sexo feminino na Política. Na década de 30 , a maioria dos estados europeus já haviam reconhecido o direito político, o Brasil se deu em 1932.

Eventos internacionais que contribuíram para que as políticas de gênero fossem legitimadas e adotadas por diversos países: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, em 1994; e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Pequim, 1995. A Convenção de Belém do Pará, mais focada na violência contra as mulheres, acordou que a temática deveria ocupar um lugar integral nos planos nacionais de desenvolvimento dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



países, representando políticas de Estado com compromissos de longo prazo para prevenir, proteger, sanar e reparar integralmente o dano causado às mulheres (Rodríguez, 2017). Por sua vez, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, conhecida como a Conferência de Pequim, deu um passo à frente na questão e estabeleceu uma série de objetivos estratégicos e medidas para a igualdade entre os gêneros, fundamentados na “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”. Adotada por 189 países, a Plataforma de Ação é composta por doze esferas que incluem, entre outras categorias, “mulher e pobreza”, “mulher e saúde”, “mulher e conflitos armados”, “mulher e mídia” e “crianças e adolescentes” (IDE, 2017).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

O Brasil iniciou o reconhecimento do sufrágio feminino nas décadas de 1970 e 1980, a luta do movimento feminista, com a criação de organizações sindicais a partir da defesa de duas bandeiras: a incorporação das mulheres no mundo do trabalho e a liberdade política no país. Nesse mesmo período consolidou-se a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas. (SANTOS, 2006).

A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women ou CEDAW), adotada pela Assembleia Geral da ONU no ano de 1979, foi o primeiro tratado internacional específico sobre direitos das mulheres, colocando-se contra a discriminação pautada no sexo, ainda tão comum nos valores culturais dos países. (PEREIRA; SANTOS, 2017).

Outro marco de formulação e delimitação de ações políticas visando introduzir a dimensão de gênero na política pública foi o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983, representando um marco para a saúde da mulher, no entanto, o foco deste programa era apenas na saúde reprodutiva. (Ramalho et al., 2012). A partir daí, surgiram o Conselho da Mulher, as primeiras Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, e na década de 90, as Casas-abrigo e os Centros de Referência. (MELO; MELO, 2016; SANTOS; MARQUES, 2014).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cabe ressaltar que, somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal (1988), a mulher passou a ter reconhecida sua igualdade, em direitos e obrigações, em relação à sociedade conjugal, notadamente em relação ao homem, conforme expressado no artigo 226, § 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

Em 1994, foi realizada, em Belém do Pará, a Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”. É considerada um marco histórico internacional na tentativa de coibir a violência contra as mulheres, pois foi realizada para responder às reivindicações dos movimentos feministas. A convenção definiu como violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (SOUZA et al., 2014, p.1).

Apesar de signatário da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará, o Brasil ainda contava com a ineficiência das legislações para responder à complexidade da violência doméstica contra a mulher, intensificando as pressões e cobranças do movimento feminista e de mulheres por respostas mais coerentes e eficientes do Estado. (BANDEIRA; MELO, 2010; MACHADO, 2010).

Dentre os avanços está a instalação dos órgãos voltados especificamente para efetivação dos direitos das mulheres em alguns governos, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, a exemplo dos Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres, em Minas Gerais e São Paulo, em 1983 (LEITÃO, LOURDES, 2013 p. 2).

No âmbito nacional, o primeiro órgão executivo foi criado em março de 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça. Em 2003, sob o governo Lula, através da lei nº 10.683, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres-Presidência da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



República (SPM-PR)² do Brasil . E nesse ano houve reorganização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 2010, a SPM/PR é ampliada, passando a se chamar Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, gozando, então, da mesma estrutura, recursos humanos e financeiros dos demais Ministérios, o que estimulou de forma crescente um ambiente favorável à formulação, à implementação e ao monitoramento de políticas públicas voltadas à emancipação das mulheres em todo o território brasileiro e em todas as esferas de poder: executivo, legislativo e judiciário.

A constituição da SPM-PR representa, portanto, um importante marco para a igualdade social em nível nacional, na medida em que garantiu recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Para dar conta da complexidade e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, como a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outros (SPM, 2011), a SPM-PR desenvolveu uma série de ações para implantação intersetorial nas três esferas da federação.

Assim, em julho de 2004 aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e resultou na aprovação do Decreto n° 5390/205, incluindo o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O I Plano de Políticas para as Mulheres -PNPM buscou expressar as necessidades e as expectativas das mulheres brasileiras da sociedade no que tange à formulação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade e de Enfrentamento dessa questão. O plano expressar ainda o compromisso do Governo Federal com a construção da igualdade de gênero raça em nosso país. (PNPM:2004,p.27)

² Especulações sobre a redução do status da SPM-PR, por questões orçamentárias e administrativas, surgiram esporadicamente, e, efetivamente, na reforma ministerial ocorrida em outubro de 2015, a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres perdeu seu status de ministério, passando a compor o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (CONTERATTO; MARTINS, 2016). Em maio de 2016, no governo interino de Michel Temer, a SPM-PR passou a compor o Ministério da Justiça e Cidadania.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sucessivamente, na 2.^a Conferência, ocorrida em agosto de 2007, lançou-se o II PNPM e, em dezembro de 2011, na 3.^a Conferência, o III Plano, vigente para o período 2013-2015, com uma inserção ainda mais abrangente das temáticas de gênero em diversas frentes do governo, em relação aos planos anteriores (BRASIL, 2013). Em 2006, após pressões internacionais, foi criado o dispositivo legal com mais impacto no combate à violência contra a mulher – Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além dos planos mencionados, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criado em 2007, estabeleceu a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento, a criação de normas e padrões de atendimento, o aperfeiçoamento da legislação, o incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública (SPM-PR, 2011).

No que se refere à participação política das mulheres no Brasil, considerada ainda pequena, destaca-se a eleição e reeleição de uma mulher para a Presidência da República, Dilma Russefer (2016). Com um efeito político estimulador para fortalecer a presença feminina em todas as esferas de poder.

Teremos retrocesso em 2019, a SPM/PR passou por modificações. Cortaram-se os seus laços com os movimentos feminista e de mulheres e deram-lhe o título de Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Acabava-se o ambiente governamental federal favorável às políticas para o empoderamento das mulheres. Vinculava-se a política para as mulheres aos interesses do patriarcado, tensionando todo o ambiente institucional em relação às demandas por direitos sexuais e reprodutivos.

3.1 Políticas Públicas para as Mulheres no Maranhão

No contexto do Maranhão, na década de 1980, são organizados diversos movimentos feministas, o pioneiro foi o Grupo de Mulheres da Ilha, que está “

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



intimidade relacionado à expansão de estudos sobre as mulheres nos meios acadêmicos brasileiros (“ ARAUJO, 2007, p. 62). Outros grupos surgiram desse exemplo, como o Espaço da Mulher, o Viva Maria, o Comitê Oito de Março, o Grupo de Mulheres Negras “Mae Andreza “ e muitos outros . O primeiro evento expansivo foi “ A Mulher e a violência “organizado pelo Grupo Mulheres da Ilha, onde o debate sobre esse tema foi baseado em estudos científicos de dados junto as delegacias de polícia de São Luís(Ferreira,2007).

Dentre as varais conquistas do movimento feminista e desenvolvimento da Política Pública para as mulheres no estado , podemos citar: a criação do Conselho do Municipal da Condição Feminina (Lei nº3. 355/1994), Fórum Permanente de Defesa da Mulher (Lei Estadual nº7.502/2000), criação do Conselho Estadual da Mulher (Lei Estadual nº 7.604/2001), criação da Secretaria do Estado da Mulher (Lei Estadual nº8.559/2006), a criação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei complementar nº 104/2006), a criação do Hospital da Mulher (Lei nº 4. 787/2007), do Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de violência(Convênio nº 128/2007) e a Casa da Mulher Brasileira em São Luís ³, (Decreto nº 8.086, de agosto de 2013).

Em 2022 foi elaborado III Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Maranhão/III PEPM-MA(Resolução n.º 2, de 16 março de 2022).

O plano inova na forma, no conteúdo, na temporalidade e no monitoramento. Pensado para os próximos 5 anos, reflete um grande esforço integrado de resgate histórico, planejamento e Gestão, voltado para superar séculos de discriminações e opressões de gênero contra as Mulheres, o que, por sua vez, determina a combinação de ações específicas e especializadas de competência intrínseca com ações transversais, a serem produzidas por outras áreas governamentais, voltadas para a melhoria da oferta e do acesso de políticas públicas para as populações Femininas(IIIPEPM, 2002, p. 10)

³ Programa “Mulher: Viver Sem Violência” foi elaborado no ano de 2013 e 2019 o nome do programa foi alterado para “Programa Mulher Segura e Protegida” através do decreto nº 10.112/2019, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro e pela ministra Damares Alves. Esse novo decreto não alterou apenas o nome, mas também mudou os modos de legibilidade dos corpos femininos inseridos no programa. As diretrizes transversais do programa, a partir de 2019, não discutem mais gênero, atendose somente aos direitos das mulheres nas políticas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O III PEPM assegura a inclusão de todos os segmentos femininos na política de Estado, oportunizando o protagonismo político das mulheres maranhense .

4. Estrutura Municipal da OPM no Município de Morros/MA

De acordo com os dados levantados pelo IBGE através da MUNIC de 2013 somente 27,5 % dos municípios brasileiros possuíam estruturas para a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. No entanto, esse resultado representa um avanço pois na pesquisa de 2009 esse percentual era de 18,7%, o que significa um aumento de cerca de 9% de estruturas para promoção das políticas públicas para as mulheres. (IBGE, 2014, p.81) .

A cidade de Morros do Estado do Maranhão está localizada na Mesorregião Leste Maranhense e na Microrregião da Baixada Oriental Maranhense. Apresenta uma área de 1.715 km e dista 102 km da capital. Foi elevado à categoria de vila e desmembrado do município de Icatu pela Lei Estadual nº210 de 28 de abril de 1898.

De acordo com estimativa aproximada de Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, a população total do município é de aproximadamente 19.708 habitantes, conforme parâmetros do IBGE, considerado município de pequeno porte I.

A história de mobilização em torno do enfrentamento e da proposição de políticas de gênero no município , começou com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em 2008 (Lei municipal nº (017/2008) e posterior implantação da Coordenadoria da Mulher no final do ano de 2008, no governo da ex-prefeita Francisca Silvana Alves Malheiros (2008-2012), vinculada diretamente ao gabinete da prefeita. Tendo como ex-coordenadoras da Mulher Aldenise Lima(2008) e Maria Gorete Sorriso Cruz(2008-2013)

Conforme relato da 2º coordenadora da Mulher de Morros, senhora Maria Gorete Soeros Cruz (2008-2013)

PROMOÇÃO



APOIO



A prefeita Silvana tinha interesse muito grande de alavancar a Política da mulher no município, Empoderar as mulheres, na época ela criou a coordenadora da mulher, tanto que ajudou a criar Associação de Mulheres Morruenses, movimento responsável na luta de criação do Conselho (GORETE, 2023).

A estrutura física da coordenadoria e recursos humanos, inicialmente passou por duas casas alugadas, em 2012 para 2013 instalar na Secretaria Municipal de Assistência Social, Desenvolvimento e Comunitário, cujo orçamento financeiro estava ligada a essa Secretaria. Não tinha apoio técnico só voluntárias da comunidade em torno de 10 a 15 Mulheres.

O órgão passou por reformulações até chegar à estrutura atual da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, que tem a finalidade de fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas às mulheres no âmbito do município de Morros (Lei Municipal nº002/2014).

Tabela 1 – Gestoras da OPM de Morros/MA

Ex gestoras da Secretaria da Mulher de Morros	Ano
Leonice Rabelo Silva Santos	2014
Maria das Dores Silva Santos	2015-2016
Maria do Espírito Santos Silva	2017
Eliene Rocha Pestana	2017-2020
Luzineide Silva	2021-2023

Avaliações da OPM municipal a partir das quatro dimensões de análise estabelecidas pela pesquisa: conforme relatos das entrevistadas e pra documental o foco do trabalho da secretaria da mulher nos primeiros 10 anos estava principalmente no empoderamento feminino por meio de geração de renda e incentivo a participação direta de movimentos de mulheres e população no fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.

A Primeira dimensão integração horizontal (intersetorial), determinante para que as políticas públicas sejam de fato implementadas, segundo relatos havia

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Articulação da OPM Municipal com todas as Secretaria para desenvolvimento de atividades. Contudo, o contato com a área de Justiça e segurança era frágil , quase inexistente devido a própria demanda apresentada pelas atividades.

A segunda dimensão (dimensão da integração vertical/entre entre federativos) houve interação da OPM de Morros com a Secretária de Estado da Mulher (SEMU) do Maranhão no desenvolvimento de suas ações, em nível federal foi nula.

A terceira dimensão (coprodução de políticas públicas) aparece de forma pronunciada com a criação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM) em 2008, Associação de Mulheres Morruenses , realização de Conferências Municipal de Políticas para as Mulheres (2011 e 2016), 1º. Fórum Municipal da Mulher Morruense (2014), 1º Conferência Livre Municipal de Políticas para as Meninas de Morros (2015), iniciativas apoiadas pela Prefeitura. A participação das mulheres Morruenses e movimentos se organizam em comissões para formular, sugerir e acompanhar políticas públicas de agendas específicas, como de saúde e inclusão produtiva de mulheres rurais

A quarta dimensão conforme relatos das ex-gestoras nesses primeiros anos tem alcançado considerável público feminino nos povoados com suas ações. Uma vez que os movimentos de mulheres indicam as demandas para OPM atual nessas duas linhas de trabalho pontuado.

4. CONCLUSÃO

A realidade dos primeiros 10 anos da política pública para as Mulheres no município de Morros, a pesquisa aponta para algumas conclusões. A primeira diz respeito à atuação dos OPM nos município, cuja foco na agenda é a geração de renda e coprodução de Políticas, mas não conseguiu desenvolver uma agenda de ações robustas o suficiente para ganhar corpo depois da criação do OPM.

A trajetória Política e as capacidades técnicas das pessoas que assumiram a coordenação da OPM , trabalham sozinhas , sem equipe técnica e inexistente infra

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estutura. Contudo, foram responsáveis, por levar a perspectiva de gênero a todos as atrizes e atores atuantes no território, principalmente aos outros setores do Poder Executivo, além promover a temática de gênero no Município.

A segunda conclusão: Verifica-se uma atuação muito tímida do OPM, que se reflete na ausência de políticas públicas estruturadas, ampliação da atuação além das duas aéreas destacadas, como Enfrentamento às formas de Violência, monitoramento da questão de gênero em outras políticas setoriais, articulação com a rede de segurança e justiça do Município. Para institucionalizar as políticas para mulheres dentro de uma gestão Municipal é necessário a fundamentação técnica da agenda e a capacidade técnica e política das pessoas escaladas para gerir são fatores primordiais.

Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa esbarrou nas dificuldades em encontrar referências a municípios de pequeno porte. Essa dificuldade, por si só, aponta para a necessidade de ampliar a atenção sobre esse universo, que segundo o IBGE, corresponde a 88,24% dos municípios brasileiros, onde reside 32,1% da população.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BATISTA, N.C.S.; Bernardes, J.; Menegon, V.S.M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: Spink, M.J.; Brigagão, J.; Nascimento, V.; Cordeiro, M. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas organizadoras**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

BRASÍLIA. **Guia de criação e implementação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM)**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008c. 104p.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2013c. 236p..

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



COSTA, Ana Alice Alcântara. O **Movimento Feminista no Brasil**: dinâmicas de uma Intervenção política. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. Sem. 2005.

CORTES, I. O **processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha**. In: CAMPOS, C. H. C. (Org.). Brasil. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Yuris, 2011, p. 39-63.

FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA/Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/default.shtm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais** — Introdução. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

LOTTA, Gabriela; Favareto, Arilson. **Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil**. Ver. Sociol. Polit., Curitiba, v.24, n. 57, p. 49-65, Mar. 2016.

MARANHÃO. **III Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Maranhão/III PEPM-MA**. SEMU, 2022.

PINTO, C. R. J. **Mulher e Política no Brasil**: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Revista Estudos Feministas. Ano 2, 2ª sem. P.256-270, 1994.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **A Implementação dos órgãos Governamentais de Gênero no Brasil e o Papel do Movimento Feminista**: o caso do conselho Estadual da condição Feminina de São Paulo. In Cadernos Pagu. N°. 27. Campinas, SP: Julho/Dezembro de 2006 (Mímeo).

SOARES, V. **Movimento feminista**: Paradigmas e desafios. Revista Estudos Feministas, ano 2, 2 sem., Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

PROMOÇÃO



APOIO

